




**PROFISSÃO-PROFESSOR: ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICA DOCENTE
(EJA) NA PENITENCIÁRIA PDF.IV**

**TEACHER PROFESSION: A CASE STUDY ON TEACHING PRACTICE (EJA) IN
A PENITENTIARY PDF.IV**

**PROFESIÓN DOCENTE: ESTUDIO DE CASO SOBRE LA PRÁCTICA DOCENTE
(EJA) EN UN CENTRO PENITENCIARIO PDF.IV**

 <https://doi.org/10.56238/levv17n61-014>

Data de submissão: 02/05/2026

Data de publicação: 02/06/2026

Ana Cristina de Castro

Doutora em Literaturas e Teoria literária
Instituição: Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: anacristinacastro3@gmail.com
Orcid: [Orcid.org/0000-0002-2693-9257](https://orcid.org/0000-0002-2693-9257)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1770089137550038>

Robson Coelho Tinoco

Pós-Doutor em Linguística, Pós-Doutor em Educação
Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP),
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)
E-mail: robson@unb.br
Orcid: [Orcid.org/0000-0001-6695-9183](https://orcid.org/0000-0001-6695-9183)
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4786357071287726>

RESUMO

Este estudo avalia a profissão-professor em relação às práticas docentes na Penitenciária IV do Distrito Federal-PDF.IV / Complexo da Papuda (Brasil). Para tanto, sobre a metodologia de apoio foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem mista e de caráter exploratório, e para a coleta de dados foi aplicado um questionário *on-line*, composto por cinco questões fechadas e uma aberta. Participaram dez professores de educação básica que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente no sistema prisional. Como análise de resultados, constatou-se que há necessidade de ampliar a oferta do 1º segmento da EJA (Ensino fundamental I – anos iniciais), principalmente, na 1ª e 2ª etapas para a alfabetização de adultos. Além disso, identificou-se necessidade de um programa efetivo de formação continuada com ênfase nas especificidades e necessidades dos professores que atuam nas prisões do DF, bem como ofertar assistência médica e psicológica para fins de acompanhamento da saúde sociomental do docente. Outro ponto importante observado foi a precarização do trabalho diário quanto à falta de recursos pedagógicos e mesmo tecnológicos para melhor desempenho da prática docente. Constatou-se, enfim, que a existência de grades entre os estudantes e o(a) professor(a) nas celas de aula dificulta sobremaneira os processos interacionais e de aprendizagem dos estudantes na EJA prisional; para professores as grades representam distanciamento e desumanização, sendo elementos de férreo paradoxo ao devido processo de ressocialização, no ambiente prisional, por meio da educação pública.



Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Práticas Docentes. Ensino. Sistema Prisional. Ressocialização.

ABSTRACT

This study evaluates the teaching profession in relation to teaching practices at Penitentiary IV of the Federal District – PDF.IV / Papuda Complex (Brasil). The methodology employed was bibliographic and documentary research, with a mixed-methods approach and exploratory character. Data collection involved an online questionnaire composed of five closed-ended questions and one open-ended question. Ten basic education teachers working in Youth and Adult Education (YAE/EJA), specifically within the prison system, participated. The results showed a need to expand the provision of the first segment of EJA (Elementary School I – initial years), particularly in the first and second stages for adult literacy. Furthermore, the study identified a need for an effective continuing education program emphasizing the specificities and needs of teachers working in prisons in the Federal District, as well as the provision of medical and psychological assistance for monitoring the socio-mental health of teachers. Another important point observed was the precariousness of daily work due to the lack of pedagogical and even technological resources for better performance in teaching practice. Finally, it was found that the existence of bars between students and the teacher in the classroom cells greatly hinders the interaction and learning processes of students in prison-based Youth and Adult Education; for teachers, the bars represent distance and dehumanization, being elements of ironclad paradox to the proper process of resocialization in the prison environment through public education.

Keywords: Youth and Adult Education (YAE/EJA). Teaching Practices. Teaching. Prison System. Resocialization.

RESUMEN

Este estudio evalúa la profesión docente en relación con las prácticas de enseñanza en el Centro Penitenciario IV del Distrito Federal - PDF.IV / Complejo Papuda (Brasil). Para ello, se utilizó una metodología de apoyo basada en la investigación bibliográfica y documental, con un enfoque mixto y exploratorio. La recolección de datos se realizó mediante un cuestionario en línea compuesto por cinco preguntas cerradas y una abierta. Participaron diez docentes de educación básica que trabajan en Educación Juvenil y de Adultos (EJA), específicamente dentro del sistema penitenciario. El análisis de los resultados reveló la necesidad de ampliar la oferta del primer segmento de EJA (Primaria I – años iniciales), especialmente en las etapas inicial y final para la alfabetización de adultos. Asimismo, el estudio identificó la necesidad de un programa de formación continua eficaz que enfatice las especificidades y necesidades de los docentes que trabajan en prisiones del Distrito Federal, así como la necesidad de ofrecer asistencia médica y psicológica para el seguimiento de la salud socio-mental del profesorado. Otro punto importante observado fue la precariedad del trabajo diario debido a la falta de recursos pedagógicos e incluso tecnológicos para un mejor desempeño en la práctica docente. Finalmente, se constató que la existencia de barrotes entre estudiantes y docente en las celdas dificulta considerablemente la interacción y el aprendizaje de los estudiantes en la educación de adultos en centros penitenciarios. Para los docentes, los barrotes representan distancia y deshumanización, constituyendo una clara paradoja para el proceso adecuado de resocialización en el entorno penitenciario a través de la educación pública.

Palabras clave: Educación de Adultos. Práticas Docentes. Enseñanza. Sistema Penitenciario. Resocialización.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o sistema prisional se encontra em descrédito quanto ao seu objetivo principal de ressocializar o privado de liberdade. Diariamente, notícias vinculadas às mídias e às redes sociais apresentam um sistema carcerário com superlotação, hiperencarceramento, bem como precárias condições humanas e materiais. Nesse contexto nacional, cabe à Comissão de Direitos Humanos a intervenção sobre as condições sub-humanas vivenciadas pelos indivíduos que estão em estado de encarceramento e cumprimento de pena. Reitera-se, ainda, que a ideia de execução da pena privativa de liberdade deve ter como fundamento o princípio da humanidade, em que quaisquer modalidades de punição desnecessária, cruel ou degradante serão de natureza desumana e contrária ao princípio da legalidade. (Assis, 2007)

Nesse sentido, a Lei de Execuções Penais (LEP) de nº 7.210, de 11 de julho de 1984, prevê a obrigatoriedade do Estado em ofertar assistências necessárias para os indivíduos que se encontram em estado de encarceramento. Especificamente, o artigo 10 contempla a garantia de assistência ao preso e ao internado como dever do Estado, visando à prevenção contra o crime, bem como à reorientação para retomada ao convívio em sociedade. Na sequência, em seu artigo 11 apresenta as especificações e obrigatoriedades do Estado para com o preso quanto à garantia à saúde física e mental, ao atendimento jurídico, educacional, religioso e social.

É de se notar, em paralelo a esse contexto socioeducacional-prisional, que a

propagação de uma cultura (de descontrole) de armas de fogo, aliada a um desenvolvimento econômico também fundamentado no tráfico, torna tênue a linha que separa a polícia do bandido e faz pairar no espaço público a sensação de medo e insegurança quase totais diante do crime e se “alargamento” pelo tecido social. (Tinoco; Ribeiro, 2020, p. 71)

A abordagem desse estudo, em especial, contemplará a discussão temática sobre profissão docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos contextos de prisões no Distrito Federal. Nesse aspecto, compreendendo que a Educação de Jovens e Adultos foi reconhecida como uma modalidade de ensino, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, ela tem como finalidade ofertar e atender indivíduos jovens, adultos ou idosos da classe trabalhadora que, ao longo da vida, interromperam ou não iniciaram suas experiências no ambiente escolar sistemático em alguma fase da vida. É válido ressaltar que se trata de sujeitos de saberes constituídos dentro da prática social existente e que muitas vezes estão à margem da sociedade, portanto fora do acesso aos bens culturais e socioeconômicos refletidos na ausência das garantidas de direitos sociais e educacionais. (Distrito Federal, 2021)

Em se tratando da EJA nas prisões, há grandes dificuldades e desafios vivenciados quanto ao “ser” e ao “fazer” do que aqui se denomina profissão-professor. Cotidianamente, percebe-se no exercício dessa profissão a produção de trabalhos isolados e individuais de gestores e de professores

mas ainda é pouco, considerando a implementação de políticas públicas educacionais e sociais que atendam às demandas educacionais e de acesso ao direito educacional aos privados de liberdade. Também reforçando a ausência desses direitos, no Brasil as *con-vivências* preso-policial em vários presídios ainda são marcadas por punições, castigos, violências físicas e psicológicas. Em contrapartida a essa ainda renitente prática, há legislações que sustentam a garantia do direito educacional como um direito fundamental, sendo indispensáveis e necessárias aplicabilidades efetivas por meio da execução de políticas públicas educacionais e sociais para que, de fato, seja razoavelmente possível a ressocialização dos indivíduos em estado de encarceramento. (Lima; Cavalcante, 2018)

Com o foco na realidade carcerária do DF, de acordo com os dados estatísticos do Relatório de Informações Penais, referente ao 16º ciclo – SISDEPEN – períodos de janeiro a julho de 2024, a população carcerária masculina é composta de 15.367 e a feminina, de 579, perfazendo um total de 15.946 indivíduos presos somente em celas físicas. Diante desse contexto, a análise ora desenvolvida teve como objetivo considerar a profissão-professor em relação à prática docente entre grades no sistema penitenciário do DF, bem como buscar responder a uma questão central: compreender melhor como acontecem as práticas docentes no exercício da *profissão-professor entre grades* nesse sistema penitenciário.

É importante também, nesse contexto de análise proposta, compreender as dimensões sobre prática do trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor nas prisões, visto que tal prática (Castro; Cavalcante, 2019) consiste num conjunto de variáveis: respeitar e valorizar sua história, identidade pessoal e profissional, os processos formativos ao longo da vida, sua cultura e memórias relativas às vivências nas celas de aula são elementos constitutivos da gênese e do desenvolvimento profissional exigidos por essa *profissão*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No contexto socioeducacional, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) consiste em assegurar a escolarização aos indivíduos os quais, historicamente, passaram por um processo de exclusão de direitos educacionais. Nesse sentido, faz-se necessário o devido cuidado a fim de que não se reproduza nas escolas algumas práticas sociais excludentes, visto que o seu principal papel é a formação de sujeitos capazes de intervir de maneira reflexiva, crítica, problematizadora, dentro de um contexto escolar democrático e emancipador (Distrito Federal, 2021). É nesse contexto que se deve repensar, como elemento mesmo de pleno exercício de cidadania, o direito à educação de qualidade aliado ao papel e a função social da escola, bem como as práticas docentes quando, e aqui especificamente, trata-se de educação nas prisões.

Entende-se assim, na premente convergência dessas exigências, que a educação de fato passa a ser fundamental para o processo de ressocialização do privado de liberdade em todo, e qualquer,

sistema penitenciário. Desse contexto de base conceitual-determinativa (composto por leis, normas, decisões etc.), emana o objetivo central de que a partir do acesso à educação nas prisões, os indivíduos poderão (re)conquistar uma liberdade melhor estruturada, até com melhores condições de vida e de emprego. Além disso, o acesso do privado de liberdade à educação, por meio de atividades bem desenvolvidas do(a) professor(a) nas prisões (Cabral *et. al.*, 2020), configura-se de fato como um caminho possível para a redução da criminalidade e da reincidência criminal.¹

O mesmo autor aborda, ainda, que as políticas para a formação de docentes, desde os anos 2000, precisam ser revistas diante do que se tem sido proposto nos programas de formação continuada, visto que a preparação do docente na América Latina apresenta um modelo do “superprofessor”, protagonista, polivalente e flexível. Por consequência, traz sobrecarga e precarização do trabalho docente, em especial nas prisões, em que as dificuldades infraestruturais para esses profissionais desenvolverem suas práticas docentes refletem ausências de políticas públicas nas quais a ressocialização do interno, praticamente, não acontece. É assim que

a característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir para modificar a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e para contribuir com o processo de desprisonalização e de formação do homem preso. (Gadotti, 1993 *apud* Onofre, 2007, p. 16)

Ressalte-se, também, a importância da execução de políticas públicas como efetivo instrumento ressocializador nas prisões. Contudo, ainda se percebe a ausência e o descuido do Estado (praticamente em todos os entes federativos) na implementação e execução de políticas educacionais e/ou sociais em espaços prisionais, o que possibilita a aplicação (e repetição) de modelos de práticas antigas como, basicamente, “encarcerar”, “controlar” e “punir”. Face tal realidade ainda em muito intransponível, (RE)integrar ⇔ (RE)socializar ⇔ (RE)inserir o preso a um convívio socialmente cidadão exige do Estado (em nível federal, estadual e distrital) maior aplicabilidade dessas políticas públicas para que possa ser ampliado, nos intramuros dos presídios, o acesso ao estudo, à prática de leitura (também literária) e ao trabalho como caminhos potencializadores de desenvolvimento humano. (Castro, 2022)

É mais que sabido que no contexto educacional a prática pedagógica (na teoria e na prática) depende sobremaneira, apesar das várias adversidades, de que o educador se disponha a um (auto)processo contínuo de aprimoramento, tendo em vista que a função de educar exige um esforço constante para renovar sua prática. Nesse sentido, faz-se necessário que o educador desenvolva tal aprimoramento também com cada educando (seja em que ambiente for), levando em consideração o

¹ Alguns dados extraídos do mais recente ATLAS DE VIOLÊNCIA / INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA-2026, referente a 2024: Homicídios no Brasil – 42.590, sendo pessoas negras: 32.620 (89,9 assassinatos/dia); Homicídios na juventude – 19.801, sendo 46,5% de jovens de 15 a 29 anos (54 assassinatos/dia); Homicídios de mulheres – 3.642, com 1.282 vítimas em ambientes domésticos. Note-se que ainda assustadores, no geral e comparativamente, os dados estão numa curva descendente.

desempenho de suas funções de coordenação e de gerenciamento das aprendizagens dos estudantes. (Gadotti, 2010)

Mais especificamente quanto à função/ação do(a) docente nas prisões – e as particularidades de rígida segurança, relacionamentos demarcados por determinações legais, ensino e aprendizagem do ambiente prisional – inegavelmente é uma ação/função desafiadora e mesmo corajosa. Ao mesmo tempo continua cabendo a esse(a) docente promover a emancipação e a transformação humana do ponto de vista sócio-histórico, além de representar o elo de conexão com o mundo, com as informações (gerais e específicas), com os processos de aprendizagem nas celas de aula que, enfim, compõem-se com/por pessoas que ali estão para aprender o que não sabem. Nesse sentido, o docente precisa ter em sua essência de *ser humano-profissional da educação* a prática de uma atividade (educacional) que promova conhecimento amplo, atualizado e bem estruturado como base indispensável ao desenvolvimento efetivo de consciência crítica e comparativa, visto que essa prática promove, segundo o educador Paulo Freire (1976), a ressocialização e o essencial desenvolvimento humano, que não pode se calar, nem ser silenciado.

Retomando um dos focos desse estudo, como estratégia de trabalho e práticas docentes se considera um sentido de aplicação fundado no conceito “ensinagem”, que consiste numa prática social complexa e efetiva entre professor e estudante (Anastasiou, 2015). A base desse conceito busca unir intrinsecamente o ato de *ensinar* e o de *aprender*, como um processo de mão dupla interdependente, implicando que ambos os sujeitos (professor e aluno) sejam coprotagonistas na construção do conhecimento. Tal processo, produtivamente estabelecido, envolve tanto a relação de ensinar como também a de apreender, num tipo de contrato positivo com foco na construção de conhecimento legitimada em salas de aula, mas também fora delas.

Vale ressaltar que, na prática, a profissão docente nas prisões exige uma “condição imposta” de encarceramento temporário e profissionalmente assumido. Nesse sentido, a ação docente entre grades (e vários cadeados) fica submetido à adaptação de/entre dois mundos: o primeiro, diz respeito a suas ações, práticas pedagógicas, desenvolvimento de conteúdos para promover aprendizagens dos privados de liberdade nas celas de aulas; o segundo, reflete suas vivências diárias nos presídios, a necessidade de adequação às e cumprimento das regras de controle, bem como obrigatoriamente considerar os rígidos – e inquestionáveis – padrões de vigilância e segurança, específicas do sistema penitenciário e da polícia penal (Castro, 2018).

3 METODOLOGIA

Sobre a opção pelo percurso metodológico, o estudo se fundamentou nas ideias de Arilda Godoy (1995), visto que o processo de investigação científica consiste num ato social e, por consequência, possibilita a construção de novos conhecimentos e saberes. Nesse sentido, Pierre

Bourdieu (2008) entende que a pesquisa de campo permite ao pesquisador a compreensão em relação ao objeto de estudo, no qual o pesquisador não está sozinho durante o processo de aplicação e levantamento de dados. Além disso, possibilita um conjunto de relações e conexões que se direcionam ao pensar no mundo social a partir da prática social existente.

Figura 1



Fonte: DIAS. M. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/dos-presos-de-todo-pais-73-estudam-dentro-do-sistema-carcerario>. Acesso em: 15 /fev/ 2024.

Para melhor entendimento da prática social e realidades existentes, a reportagem intitulada *Dos presos de todo o país, 73% estudam dentro do sistema carcerário*, feita pela agência de notícias do Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), em 23/11/23, apontou um dado importante quanto ao cenário da oferta educacional nas prisões no Brasil, que ainda não é o ideal. Constata também que no estado do Rio de Janeiro há maior número de presos matriculados em educação prisional, e que dos 47.619 privados de liberdade, apenas 24.723 têm acesso ao estudo nas prisões, o que representa um percentual de 51,92% de estudantes regularmente matriculados na EJA prisional carioca. Em se tratando do Distrito Federal, dos 15.363 privados de liberdade, somente 2.830 estão matriculados em educação, o que representa um baixo percentual de 17,46% da população carcerária tendo acesso à Educação de Jovens e Adultos nas prisões do DF.

Diante da necessidade de mais ampla discussão, e melhor parametrizada, que envolve a educação nas prisões, realizou-se uma pesquisa de campo numa penitenciária do Distrito Federal. Considerou-se como base esse tipo de pesquisa por ser muito representativa em seus resultados e também por ser um instrumento empírico bastante utilizado por antropólogos e sociólogos, a fim de estabelecer conexões naturais entre os sujeitos e por estabelecer um contato direto com possibilidades de observar, entrevistar, fazer registros as quais, posteriormente, possam favorecer as análises dos dados. Nesse contexto de pesquisa, os sujeitos participantes foram dez professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na PDFIV (Penitenciária do Distrito Federal IV). Ainda, quanto à abordagem foram utilizados métodos mistos (qualitativos e quantitativos) com o intuito de responder a questões específicas em relação ao objeto de estudo, visando maior entendimento e explicação dos fenômenos pesquisados tanto, como destacado, de abordagem qualitativa quanto quantitativa. Para John Creswell (2010), a definição de pesquisa utilizando esses métodos é:

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo. (p. 27)

Em relação ao tipo de pesquisa a opção foi pela estrutura de caráter exploratório, visto que para Antônio Gil (2011) esse tipo esclarece, modifica conceitos e ideias, tendo como objetivo formular problemas mais precisos ou trabalhar com hipóteses pesquisadas para estudos futuros. Nesse viés empírico, realizou-se o levantamento bibliográfico sobre a *profissão-professor* e práticas de leitura nas prisões (Castilhos, 2025) e, além disso, fez-se um levantamento documental quanto às leis, aos decretos e às portarias que versam sobre o objeto de estudo. O conjunto integrado desses elementos de pesquisa visam, prioritariamente, buscar respostas quanto ao objeto de investigação, a partir de elementos relacionados a uma prática docente exercida num ambiente prisional estruturado por celas-salas de aula.

Segundo Gilberto Martins (2008), o estudo de caso se origina a partir das questões norteadoras de uma percepção geral e/ou uma avaliação inicial balizadas no campo teórico e nas formulações de proposições e evidências para o início do processo de um estudo de caso. Para tanto, considera-se que a própria dinâmica dos trabalhos e o interesse em demonstrar, defender as proposições admitidas orientam as ações do desenvolvimento do estudo proposto.

No tocante ao estudo (de caso) ora proposto, definiu-se como delineamento central do problema de pesquisa avaliar como acontece a prática docente no exercício da profissão-professor entre grades num dado sistema prisional. Além disso, questões secundárias também foram levantadas: 1) Qual o segmento de atuação do professor na Educação de Jovens e Adultos (EJA); 2) Quanto tempo de trabalho o professor atua no sistema prisional; 3) Em relação à prática pedagógica, como a presença das grades em “cela de aula” dificulta o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes; 4) Quais são os recursos pedagógicos mais usados pelo professor nas aulas; 5) Na percepção do professor, qual a representação das grades entre professor e estudantes durante o processo de “ensinagem”.

Com o objetivo de responder a essas questões, como instrumento de coleta de dados foi utilizada a aplicação de um questionário *on-line* contendo cinco perguntas, sendo quatro questões fechadas e uma questão aberta. Quanto a essa opção, para Uwe Flick (2013) o questionário *on-line* consiste num instrumento de coleta de dados que permite ao pesquisador baixo custo, economia de tempo, facilidades quanto à aplicação por meio do uso da tecnologia, ausências de restrições geográficas e/ou espaciais. Observa-se que, quanto aos dez participantes do estudo, seis responderam às questões propostas e houve quatro abstenções.

Como estratégia para a análise e a interpretação dos dados coletados, utilizou-se o método de análise de conteúdo, visando a uma análise mais precisa sobre as informações coletadas. Nessa linha, Laurence Bardin (2011) entende que a análise de conteúdos consiste num conjunto de técnicas de análises entre comunicações, a fim de obter procedimentos sistemáticos e mais precisos sobre a

descrição dos conteúdos das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que possibilitem a inferência de novos conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção sobre as variáveis inferidas dessas mensagens. A seguir, a análise de conteúdos das respostas dos professores, bem como os resultados, na seção seguinte.

Figura 2 - Análise de dados e resultados

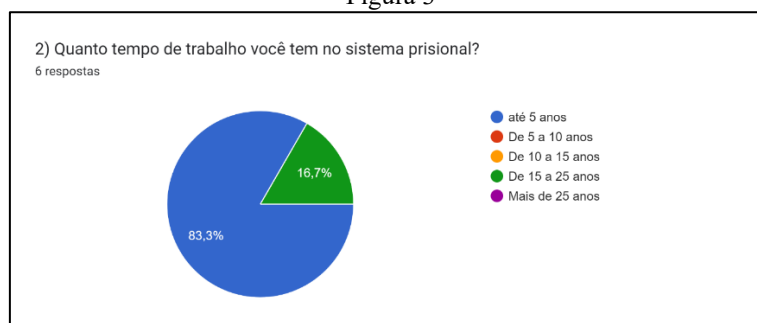


Fonte: Elaborado pelos autores.

Na questão 1, direcionada para compreender qual segmento EJA de atuação do professor, observou-se que 50% dos professores, na unidade penitenciária, ministram aulas no 2º segmento da EJA (Ensino fundamental II – Anos finais), outros 50% estão no 3º segmento da EJA (Ensino médio), o que explicita a necessidade precípua de se ampliar a oferta do 1º segmento da EJA (Ensino fundamental I – Anos Iniciais), principalmente, a 1ª e 2ª etapas, as quais são destinadas à alfabetização de adultos, porque

ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar de seus processos criminais, e isso significa ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve e na prisão, até favor é dívida, e dívida é risco de vida. (Leite, 1997, p. 77 *apud* Onofre, 2007, p. 25)

Figura 3

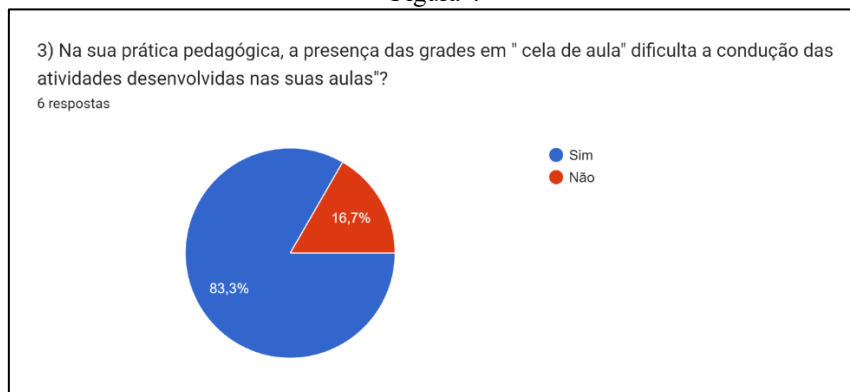


Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à questão 2, direcionada para saber o tempo de atuação do professor como docente no sistema prisional do DF, identificou-se que 83,3% dos professores possuem até 5 anos de efetivo exercício do magistério nas salas-celas; outros 16,7% estão entre 15 a 25 anos atuando como docente.

Entende-se que os resultados demonstram a necessidade de um programa de formação continuada que atenda às especificidades e necessidades de atuação dos professores que trabalham na rede pública de ensino vinculado ao sistema prisional, bem como a importância de ofertar assistência médica e psicológica para fins de acompanhamento à saúde mental dos docentes.

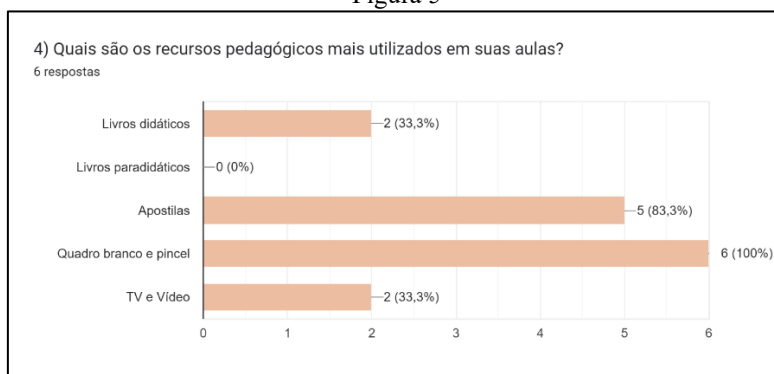
Figura 4



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação à questão 3, direcionou-se a pergunta para compreender se, na prática pedagógica do docente, grades e cadeados nas “celas de aula” dificultam a condução das atividades desenvolvidas em suas aulas. Nesse sentido, verificou-se que 83,3% dos professores responderam “SIM”, ao passo que os outros 16,7% disseram que “NÃO” há dificuldades quanto ao desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala-cela entre grades.

Figura 5



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na questão 4, direcionada para saber quais recursos pedagógicos são mais utilizados na prática docente durante as aulas dos professores nas salas-celas, destaca-se que os respondentes podiam marcar mais de uma opção. Dessa maneira, constatou-se que os seis professores usam o quadro branco e o pincel; 83,3% deles utilizam apostilas; e, uma pequena parcela dos profissionais faz uso dos livros didáticos e/ou usam a TV e o vídeo como recurso tecnopedagógico durante as aulas. Os resultados demonstraram a precarização do trabalho docente quanto à falta de recursos pedagógicos e

tecnológicos para melhor desempenho de sua própria prática docente bem como para as aprendizagens dos estudantes.

Por fim, em se tratando da questão 5, questionou-se “A docência nas prisões exige do professor um estado de encarceramento temporário. Para você nas salas-celas, qual a representação das grades entre professor e estudantes durante os processos de ensinagem?”. As transcrições a seguir correspondem às respostas dos respondentes:

- **Profess@r 1** – “Representam uma eterna lembrança da desconfiança em relação às pessoas presas; uma situação complexa, uma vez que existe o inegável potencial de risco e periculosidade da exposição dos professores ao contato direto com estudantes de tamanhas diversidades condenatórias e de convívio com o cotidiano prisional, ao mesmo tempo em que, para professores, ter a possibilidade de se aproximar dos estudantes fisicamente no ambiente de estudos tem grande importância”.
- **Profess@r 2** – “As grades se fazem necessárias visto o ambiente em que vivemos diariamente, o que não é aceitável são as condições de estrutura (ventilação, acústica, espaço físico, limpeza)”.
- **Profess@r 3** – “Distanciamento entre professor e estudante”.
- **Profess@r 4** – “Distanciamento e desumanização, exatamente o oposto do que o processo de ressocialização propõe”.

4 COMO CONCLUSÃO POSSÍVEL

É em demasia sabido e perceptível *in loco* que o ambiente prisional, no Brasil como um todo e ainda que com raríssimas exceções, apresenta uma complexidade com características bem peculiares ao exercício da *profissão-professor*. Nesse contexto, entende-se que para a realização de um trabalho efetivo são necessários saberes, habilidades e competências, intrinsecamente ligados ao bem-estar e mesmo prazer profissional mas, ao mesmo tempo, também ligados às agruras e dificuldades (objetivas e subjetivas) quanto à prática docente na Educação de Jovens e Adultos aos privados de liberdade. (Bessil; Merlo, 2017)

A relação com o prazer para os docentes tem a ver com a atividade profissional ser reconhecida e valorizada pelos estudantes que demonstram maior interesse pelos processos de aprendizagem quando conseguem o acesso à escola nas prisões. E, note-se, ainda que a educação seja procurada nos presídios, em boa parte, como caminho legal de remição de pena pelo estudo². Por outro lado, a causa do sofrimento apontado pelos docentes se refere à grande rotatividade de estudantes nas salas-celas, fator que limita o avanço nos conteúdos e em novas aprendizagens. Além disso, há dificuldade

² Cada 12 horas de estudo diminuem um dia da pena a ser cumprida, conforme a Lei de Execuções Penais (LEP) de nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

(compreensível) em organizar trabalhos com as equipes do sistema de segurança nas unidades penitenciárias, fator que gera sentimentos diversos entre os sujeitos num ambiente marcado pela ordem e pela obediência como fator extremo de segurança exigida em um presídio (Bessil; Merlo, 2017). Assim, sujeitos em convívio: por um lado, o professor que tem o papel de ensinar; por outro, o policial penal, ao qual cabe a garantia e a segurança de todos nos intramuros dos presídios.

Diante de tal contexto – real, diário, com muitas dificuldades de ação pedagógica –, seguem alguns pontos importantes a serem considerados como levantamento desse estudo (ainda que pequeno no *corpus* mas bastante representativo), em que se buscou compreender como se desenvolvem as práticas docentes no exercício da *profissão-professor* entre grades no sistema penitenciário do DF:

Na pesquisada PDFIV a maior atuação dos docentes se encontra no 2º segmento (Ensino fundamental II) e no 3º segmento (Ensino médio) da Educação de Jovens e Adultos, cabendo a cada segmento metade desses docentes. Face a tal realidade, constatou-se a necessidade de ampliação da oferta do 1º segmento da EJA (Ensino fundamental I – Anos iniciais), principalmente, a 1ª e 2ª etapas destinadas à alfabetização de adultos.

Em relação ao tempo de serviço do docente nas prisões se identificou que, predominantemente, os professores possuem até 5 anos de efetivo exercício do magistério nas salas-celas, ao passo que pouco mais de 16% deles estão entre 15 a 25 anos no magistério no sistema prisional. Sobre tal situação, os resultados apontaram a necessidade de um programa de formação continuada que atenda às especificidades e necessidades de atuação dos docentes nas prisões, bem como a importância de possibilitar assistência médica e psicológica para fins de acompanhamento da condição geral de saúde.

Também quanto à utilização de recursos pedagógicos em celas de aula, os resultados demonstraram que os docentes ainda se valem, em sua totalidade, do uso do quadro branco e do pincel, notando-se a adoção de apostilas como uma segunda escolha desses profissionais, fatores que evidenciam a precarização e limitação do trabalho pedagógico diariamente desenvolvido.

Por fim, quanto à percepção dos docentes ao responderem se a presença das grades entre eles e os estudantes dificulta os processos de ensinagem, evidenciou-se que 84% deles responderam “SIM” para o questionamento sobre as dificuldades de ensinar entre grades divisórias em celas de aula. Além disso, essas grades atrapalham a condução das atividades em grupos desenvolvidas durante as aulas e, ao mesmo tempo, produzem o distanciamento, a falta de interação entre professor e estudante, com também um inegável aumento de uma condição de desumanização, fator que se opõe ao processo de ressocialização de estudantes em situação de encarceramento – eles ficam encarcerados em suas celas e, ao irem para as salas de aula, entram em outro tipo de cela.



REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Pessate Leomir. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville: Editora Univille, 2015.
- ASSIS, R. D. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos908/a-realidade-atual/a-realidadeatual.shtml>. Acesso em 15/out/ 2024.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BESSIL, Marcela Haust; MERLO, Alvaro Roberto Crespo. A prática docente de educação de jovens e adultos no sistema prisional. Revista psicologia escolar e educacional. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 285-293, maio/ago, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de diretrizes e bases da educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 15/10/24.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 15 out 2024.
- CASTILHO, Aline Pires de Souza Machado de. Remição da pena pela leitura. Florianópolis: Habitus, 2025.
- CASTRO, Ana Cristina de. Professoralidade docente na EJA: cadeados que se abrem e fecham para os processos de leiturização como prática de letramento nas prisões do DF. Cadernos RCC, Dossiê Temático – Educação de jovens e adultos no sistema prisional: caminhos para ressocialização e transformação social, #14, v. 5, n. 3, p. 247-254, ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/403/336>. Acesso em: 17/out/ 2024.
- CASTRO, Ana Cristina de; CAVALCANTE, Elisangela Caldas Braga. Profissão docente: gênese e práticas pedagógicas nas prisões do DF. Revista intercâmbio dos congressos internacionais de humanidades (UnB), Brasília, [s.n.], p. 10-28, 2019, XXII Congresso Internacional de Humanidades.
- CASTRO, Ana Cristina de (orientador: Robson C. Tinoco). Remição de pena nas prisões do DF: leitura de literatura com política pública e direitos humanos para minorias. Tese de doutorado em Literatura, Universidade de Brasília, 2022, 148p.
- CRESWELL, Jonh W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2010.
- DIAS, Milena. Dos presos de todo país, 73% estudam dentro do sistema carcerário. Agência de Notícias CEUB. Cidadania e diversidade, destaque, educação. 23 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/cidadania-e-diversidade/dos-presos-de-todo-pais-73-estudam-dentro-do-sistema-carcerario>. Acesso em: 17/abr/2024.
- DISTRITO FEDERAL. Diretrizes operacionais da educação de jovens e adultos (2021). Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/10/Diretrizes-EJA-2a-edicao-marco-2021.pdf>. Acesso em: 15/fev/2024.



DISTRITO FEDERAL. Relatório de informações penais. Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário 16º Ciclo – SISDEPEN – Período de referência de janeiro a julho de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-1-semester-de-2024.pdf>. Acesso em: 15/10/24.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Trad. Magda Lopes. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez; Brasília: Instituto Paulo Freire: UNESCO, 1996.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de administração de empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

LIMA, Polyelton de Oliveira; CAVALCANTE, Elisângela Caldas Braga. Um breve balanço sobre a meta 10 do Plano Distrital de Educação: conquistas e desafios. Cadernos RCC, Dossiê Temático – educação de jovens e adultos no sistema prisional: caminhos para ressocialização e transformação social, #14, v. 5, n. 3, ago, 2018.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Escola da prisão: espaço de construção de identidade do homem aprisionado? *In*: _____. (Org.). A educação escolar entre as grades [livro eletrônico]. São Carlos: EdUFScar, 2007, p. 12-35.

TINOCO, Robson Coelho; RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. Sob a custódia do tempo: formação de leitores em penitenciárias do Distrito Federal. Brasília: Editora da UnB, 2020.